

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

DIFERENÇAS, ACUSAÇÕES E RESISTÊNCIAS ACERCA DO USO DE LINGUAGEM NEUTRA DE GÊNERO - ATUALIZANDO DILEMAS DA IDENTIDADE

Lais Miwa Higa, Laura Moutinho, Pedro Lopes

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6979>

Submetido em: 2023-09-18

Postado em: 2023-09-24 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

DIFERENÇAS, ACUSAÇÕES E RESISTÊNCIAS ACERCA DO USO DE LINGUAGEM NEUTRA DE GÊNERO - ATUALIZANDO DILEMAS DA IDENTIDADE

LAÍS MIWA HIGA

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4084-9140>

<miwahiga@gmail.com>

USP. São Paulo, SP, Brasil

LAURA MOUTINHO

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6479-2711>

<lmoutinho@usp.br>

USP. São Paulo, SP, Brasil

PEDRO LOPES

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0772-4370>

<pedrolopes@gmail.com>

UFRJ/UFABC. Rio de Janeiro/Santo André, RJ/SP, Brasil

RESUMO: Como nos tornamos “nós”? Como nos tornamos “eles”? Como alguns se tornam “nós” e outros “eles”? O objetivo deste texto é refletir sobre moralidades e diferença, a partir de um caso específico de escracho nas redes sociais, acompanhado intensamente pelas autoras e autor, no qual a noção de “identitarismo” ganhou particular relevância na acusação e desqualificação de um trabalho solidamente produzido. Nossa percepção é que acusações desse feitio têm sido frequentes em ambientes ora mais, ora menos públicos e não raro se voltam contra produções acadêmicas que mobilizam noções como interseccionalidade e marcadores sociais da diferença e, mais que isso, corporificam esses referenciais e se alinham a uma agenda intelectual e política de produção de justiça e equidade. Argumentamos que esses próprios referenciais são boas balizas para o entendimento desse cenário, no qual a assunção não nomeada de identidades hegemônicas agencia a alterização daquelas de nós que sempre foram “Outro”.

Palavras-chave: identidade, identitarismo, gênero, interseccionalidade.

DIFFERENCES, ACCUSATIONS AND RESISTANCES TO THE USE OF GENDER NEUTRAL LANGUAGE - UPDATING IDENTITY DILEMMA

ABSTRACT: How do we become “us”? How do we become “them”? How do some become “us” and others “them”? The objective of this text is to reflect on moralities and differences, based on a specific case of abuse on social media, closely followed by the authors, in which the notion of “identitarianism” gained particular relevance in the accusation and disqualification of a solidly produced work. Our perception is that accusations of this nature have been frequent in environments that are sometimes more and sometimes less public and are often directed against academic productions that mobilize notions such as intersectionality and social markers of difference and, more than that, embody these references and align themselves with a intellectual and political agenda for the production of justice and equity. We argue that these references themselves are good guides for

understanding this scenario, in which the unnamed assumption of hegemonic identities causes the othering of those of us who have always been “Other”.

Keywords: identity, identitarianism, gender, intersectionality.

INTRODUÇÃO

Como nos tornamos “nós”? Como nos tornamos “eles”? Como alguns se tornam “nós” e outros “eles”? Ou, talvez a melhor maneira de formular essa pergunta seja: de que modo os dispositivos de poder produzem a diferença entre “nós” e “eles”? Muitas das recentes reflexões acerca da produção da diferença e da análise da desigualdade social vêm investindo na articulação dos chamados “marcadores sociais da diferença” e na reflexão sobre “interseccionalidades”. As questões acima colocadas informam ora explícita, ora implicitamente esse campo de análise. Nesse amplo cenário, que envolve os debates acerca dos direitos diferenciados e das políticas de reconhecimento, vemos emergirem novas sensibilidades, ao mesmo tempo em que se ressemantizam antigas formas de exclusão e silenciamento. Nesses embates, a intersecção entre raça, nação, sexualidade, gênero e deficiência ganha destaque.

O objetivo deste artigo é refletir sobre um dos aspectos dessas ressemantizações, que se materializa em ataques e desqualificações, particularmente em torno da ideia de identidade. Para tanto, recuperamos debates sobre interseccionalidade e marcadores sociais da diferença enquanto um campo que vem recebendo reconhecimento e validação científica e acadêmica, em franca aproximação com os movimentos sociais, ao mesmo tempo em que se defronta com acusações de “identitarismo” – movendo-se, assim, de certa posição de indiferença na esfera pública (“esses temas são dos outros”) a interpelações silenciadoras ou, principalmente, aniquiladoras (“sua diferença não deve existir”).

Tomamos como mote um caso de **escracho** nas redes sociais que acompanhamos de perto e com intensidade. O motivo dos ataques foi o uso da linguagem neutra de gênero em um artigo de divulgação científica publicado em um jornal universitário. Este exemplo contém elementos e características presentes em conflitos e polêmicas contemporâneas em que a questão das “identidades” se torna alvo, seja de ódio violento ou defesa. Destacadamente, ele nos evidencia linhas de força que conformam um cenário político no qual marcadores sociais da diferença são agenciados de modo que identidades e/ou **políticas identitárias** sejam esvaziadas do legado histórico de movimentos sociais e das teorias que inspiraram, resvalando no “**identitarismo**” enquanto categoria de acusação ou menosprezo. Ao descrever o caso, uma pergunta sempre salta: afinal, por que tamanha reação à

linguagem neutra? A cena nos convoca aos percursos e usos do que tem sido denominado no Brasil como “ideologia de gênero” e os pânicos morais por ela ativados.

A expressão pânico moral também se tornou comum no vocabulário político recente. Recorremos a essa noção, em verdade, um conceito de longa trajetória bibliográfica e política, para retornarmos a nosso questionamento inicial: como nos tornamos “nós”? Ou, melhor, como nos tornamos “nós” novamente? Como estamos (re)fazendo “nós”?

1. DO *COMBAHEE RIVER* AO CENÁRIO BRASILEIRO: POLÍTICAS IDENTITÁRIAS, INTERSECCIONALIDADES E DIFERENÇA, ENTRE PESQUISAS E ATIVISMOS

O coletivo feminista socialista lésbico negro *Combahee River* é ponto de origem para dois debates contemporâneos, interligados, nas esferas política e acadêmica atravessados por embates, consensos, dissensos e polêmicas. O nome do coletivo marca presença em boa parte das publicações sobre as origens das perspectivas políticas e teóricas dos campos das políticas identitárias (consultar, p. ex., Asad Haider, 2019) e da interseccionalidade (consultar, p. ex., Laura Moutinho, 2014). Em ambos os casos, como destacou Patricia Hill Collins (2017), estamos diante de noções que traduzem experiências de engajamento pela produção de justiça social e equidade e que transitam da linguagem de um movimento social para a produção acadêmica.

1.1. POLÍTICAS IDENTITÁRIAS

Políticas identitárias, em inglês *identity politics*, em seu sentido contemporâneo é um termo trazido para a linguagem da política pelo coletivo *Combahee River*, em 1977, no manifesto *A Black Feminist Statement*. O coletivo tinha por objetivo visibilizar o racismo e o sexismo nos sistemas de opressão e também no socialismo revolucionário, chamando atenção para a complexidade da concretude das relações sociais e das lutas cotidianas. De acordo com Asad Haider (2019), a identidade não seria o único foco de sua política, e movimentos como o *Combahee River* deveriam ser considerados “como base para desestabilizar a categoria de identidade e criticar as formas contemporâneas de

política identitária – fenômeno cuja forma histórica específica a luta revolucionária negra não poderia ter previsto ou antecipado, mas cujos precursores ela identificou e a eles se opôs” (Haider, 2019, p.37).

Ao mobilizar a expressão **política identitária**, o *Combabee River* criava também uma perspectiva teórica e política interseccional articulando classe, raça, gênero e sexualidade que partia das experiências de posições e identidades das mulheres do coletivo, mas que não se fechava nelas. Ao contrário, justamente o impulso para a produção de uma política autônoma foi a negligência e a exclusão que experienciavam enquanto mulheres negras nos movimentos socialista, negro e feminista, e a práxis do coletivo era focada na construção de alianças, na inclusão e diversidade. Vejamos um trecho do referido manifesto:

Acima de tudo, nossa política surgiu inicialmente da convicção compartilhada de que as mulheres negras são inerentemente valiosas; nossa libertação é uma necessidade, não como um complemento às vontades de outrem, mas pela nossa própria necessidade de autonomia como seres humanos. Isso pode parecer tão óbvio a ponto de parecer simplista, mas é evidente que nenhum outro movimento ostensivamente progressista jamais considerou nossa opressão específica como uma prioridade ou trabalhou seriamente pelo fim dessa opressão. (...) Percebemos que as únicas pessoas que se importam o suficiente conosco para trabalhar consistentemente por nossa libertação somos nós. Nossa política deriva de um amor saudável por nós mesmas, nossas irmãs e nossa comunidade, que nos permite continuar nossa luta e trabalho.

Essa ênfase em nossa própria opressão está incorporada no conceito de política identitária. Ao invés de trabalharmos para acabar com a opressão de outras pessoas, acreditamos que a política mais profunda e potencialmente radical vem diretamente de nossa própria identidade. Esse é um conceito particularmente repugnante, perigoso, ameaçador e, portanto, revolucionário no caso das mulheres negras, porque é escancarado, ao olharmos para todos os movimentos políticos que nos precederam, que qualquer um é mais merecedor de liberação do que nós. Nós rejeitamos pedestais, reinados e caminhar dez passos atrás. Sermos reconhecidas como humanas, horizontalmente, é suficiente (Coletivo *Combabee River*, [1977] 2019, p. 199-200).

Na literatura acadêmica, mídia, redes sociais, coletivos e partidos os debates sobre políticas identitárias e “identitarismo” tocam direta e indiretamente marcadores sociais da diferença. Alguns tratam de modo superficial as desigualdades sociais, as políticas de reconhecimento, suas articulações com populações injustiçadas e com o Estado¹. Retomar alguns fundamentos do campo nos ajuda a destacar suas diferenças cruciais em relação aos sentidos atribuídos pela concepção de “identitarismo” que toma a identidade e a interseccionalidade como causas ou mesmo sinônimos de separatismo e excepcionalismo.

¹ Para uma análise sobre a forma como medidas de acesso ao ensino superior, combinadas a outras políticas sociais, vêm transformando as condições de vida de famílias moradoras das periferias da cidade de São Paulo, ver Carmo et al (2022) e para uma discussão a respeito dos desafios impostos pelas políticas de ações afirmativas neste âmbito, ver Neves (2022)

Barbara Smith, uma das fundadoras do *Combabe River*, comenta sobre a questão das identidades no Manifesto e nas práticas políticas do coletivo, quase quatro décadas depois:

O que estávamos dizendo é que temos direito como pessoas que não são apenas mulheres, que não são unicamente negras, que não são apenas lésbicas, que não são apenas da classe trabalhadora, ou trabalhadoras – que somos pessoas que incorporam todas essas identidades e que temos direito de construir e definir a teoria e prática políticas baseadas nessa realidade... Isso é o que quisemos dizer com política identitária. Não estávamos dizendo que não ligávamos para ninguém que não fosse exatamente como nós (Haider, p.32-33, 2019).

Para elas, assim como para tantos coletivos e teóricas ligadas ao campo até hoje, a acepção de política identitária pode tomar as identidades como ponto de partida, e não de chegada, para o enfrentamento da desigualdade e luta por justiça social. A construção de alianças, movimentos de base e articulações com coletivos, sujeitos e organizações diferentes são inerentes a essa prática política e debate intelectual².

Parece óbvio, mas quando se trata de políticas identitárias, é importante lembrar e enfatizar que indivíduos, no mundo contemporâneo, têm suas identidades formadas também em relação a dispositivos de poder do Estado e de formações políticas liberais. Nesse sentido, Judith Butler aponta que a identidade lesada se torna base para reivindicação de direitos e benefícios: “o que chamamos de política identitária é produzido por um Estado que só pode alocar reconhecimento e direitos a sujeitos totalizados pela particularidade que constitui suas condições de reclamantes” ([1997] 2017).

Dialogando com essa crítica, Asad Haider, rejeita a ideia de “identidade” – que chama de “a Divina Trindade” de raça, gênero e classe – como base para se pensar política identitária. O autor tece críticas contundentes sobre o tema enfrentando um dos cerne do problema, especialmente no campo progressista – e masculinista – que rivaliza classe ou raça como prioridade fundamental para luta política. Argumenta Haider:

Portanto, ao lançar uma crítica à política identitária, não tenho intenção de me desviar do legado do Coletivo *Combabe River* ou dos movimentos de massa contra o racismo que moldaram nosso mundo de hoje em dia. Trata-se de uma tentativa de lidar com a realidade contraditória, confronto que não podemos evitar. Na sua forma ideológica contemporânea, diferentemente da sua forma inicial como teorização da prática política revolucionária, a política identitária é um método individualista (2019, p.51).

² Sobre articulações entre coletivos, produção de identidades e sujeitos, e pesquisas e debates acadêmicos no ativismo asiático-brasileiro consultar, por exemplo, Laís Miwa Higa (2019, 2022).

1.2. INTERSECCIONALIDADE: RACISMO, SEXISMO E SISTEMAS DE OPRESSÃO

Nos Estados Unidos e atualmente também no Brasil, a interseccionalidade, ou seria melhor dizer, *interseccionalidade* e/ou *interseccionalities*, constitui um campo de estudos específico.

Embora haja uma grande diversidade de usos, abordagens e referenciais mobilizados pelos trabalhos nesse campo, chama a atenção como alguns nomes, temas e perspectivas são recorrentes: Kimberlé Crenshaw, o nome de maior força; raça, gênero e classe são consubstanciadas no tipo de exclusão que atinge as mulheres negras – são elas que estão no centro da construção de uma crítica que se transformou num campo que entrecruza academia e política; Estados Unidos o lugar onde a tese foi colocada, associada ao feminismo negro.

No chamado *black feminism*, Crenshaw, sem dúvida, não é a única personagem que aparece entre o que se poderia chamar de as pioneiras dessa proposta crítica, reflexiva e política. Angela Davis, Barbara Smith, Chirlane McCray, entre outras, são frequentemente citadas. Crenshaw, entretanto, aparece como a principal referência em trabalhos acadêmicos e as demais são mais frequentes na militância feminista, negra e lésbica. Barbara Smith e McCray, em particular, estão justamente entre as que compunham o coletivo *Combahee River*.

Retomamos mais um trecho de seu manifesto:

Somos um coletivo de feministas negras que se reúne desde 1974. [...] A declaração mais genérica de nossa política atual é a de que estamos ativamente comprometidas com a luta contra a opressão racial, sexual, heterossexual e de classe; encaramos como nossa tarefa particular o desenvolvimento de análise e práticas integradas baseadas no fato de que os principais sistemas de opressão estão interligados. A síntese dessas opressões cria as condições de nossas vidas (Coletivo *Combahee River*, [1977] 2019, p. 197).

As análises de Crenshaw possuem fundamentalmente dois grandes eixos estruturadores: a intersecção entre gênero e raça, justiça e violência. No rastro de críticas anteriormente realizadas pelo então nascente *black feminism*, Kimberle Crenshaw escreveu um breve ensaio, que viria a ser ampliado posteriormente, no qual coloca em perspectiva “a tendência de se tratar raça e gênero como categorias mutuamente exclusivas da experiência e da análise” (1989:139).

Em sua crítica a uma perspectiva que opera em um único eixo, o foco da análise recai na forma como a Corte americana interpreta processos enquadrados na *Civil Rights Acts of 1964, 42 USC* e *2000e, et seq as amended* (1982), nos quais as requerentes são as mulheres negras. Em casos legais

trabalhistas (*General Motors*) analisados Crenshaw desvela a forma como os advogados manejam raça e gênero em casos levados à Corte, ou seja, ela mostra como a dupla discriminação opera no interior do sistema legal norte-americano.

São duas as principais razões que a levaram a realizar esta análise: 1) a partir da justaposição das categorias de raça e classe, a autora procura demonstrar como as mulheres negras são excluídas (“*erased*”) das análises teóricas; 2) esse apagamento acaba por comprometer (a autora diz: “*undermine*”) as análises feministas e antirracistas. Faz-se necessário ter em mente que estas duas últimas perspectivas são campos diferentes de atuação e análise que passam a ser combinados pela ideia de interseccionalidade, construído com base nas múltiplas situações que as mulheres negras enfrentam.

Nos três casos analisados, Crenshaw mostra como a dupla discriminação opera no interior do sistema legal estadunidense. A autora disserta sobre a discriminação ora baseada na raça, ora no gênero (“*sex*”): “mulheres negras experimentam às vezes a discriminação de modo similar ao experimentado pelas mulheres brancas”; às vezes, elas “partilham experiências similares às dos homens negros”; às vezes, “a experiência da dupla discriminação é vivida com base no gênero (“*sex*”) e na raça” e, por fim, destaca que em alguns momentos elas experimentam a discriminação como “mulheres negras”: “não a soma de discriminação por raça e sexo, mas como mulheres negras” (Crenshaw, 1989:44). Nota-se que um processo sócio-jurídico é desvelado (a forma como os advogados manejam raça e gênero nos casos levados a corte) ao mesmo tempo que uma identidade é delineada (mulher negra) que padece da soma das discriminações, mas que surge ao mesmo tempo com autonomia nesse processo, não sendo apresentada somente como um somatório.

Ao identificar, registrar e analisar a manobra legal dos advogados que atuaram contra as requerentes, ora através do gênero e ora através da raça, Crenshaw coloca a especificidade da experiência das mulheres negras no centro do debate e dá inteligibilidade a mecanismos produtores das desigualdades sociais de modo mais amplo. Ainda nesse sentido, a autora argumenta que a teoria feminista precisa incluir o racismo em suas análises e reivindicações do mesmo modo que as políticas antirracistas precisam considerar em suas análises o sexismo e o patriarcado. A categoria sofrimento que vem sendo abordada no âmbito de uma série de análises não está diretamente nomeada, mas se insinua na reflexão, compondo o campo moral que recrimina a discriminação. Por fim, a interseccionalidade opera aqui numa fratura produzida através de eixos de realidades comparados e

combinados. Portanto, a expressão ou campo “interseccionalidade” tem uma marca: traz um aporte feminista e antirracista estadunidenses.³

Patricia Hill Collins localiza a contribuição de Crenshaw justamente enquanto uma *tradução* da sensibilidade e experiência militante do coletivo Combahee River – entre outras organizações de feministas negras e latinas nos anos 1970 nos Estados Unidos – e a produção acadêmica, por meio da estruturação de “*intersectionality*” enquanto conceito acadêmico. Nesse sentido, a autora enfatiza:

A interseccionalidade conecta dois lados de produção de conhecimento, a saber, a produção intelectual de indivíduos com menos poder, que estão fora do ensino superior, da mídia de instituições similares de produção de conhecimento, e o conhecimento que emana primariamente de instituições cujo propósito é criar saber legitimado (2017, p. 7).

E arremata:

Crenshaw se baseia nas ideias de Combahee não só para nomear a interseccionalidade, mas também para (1) estabelecer relações entre identidade individual e identidade coletiva; (2) manter o foco nas estruturas sociais; (3) teorizar a partir da base (em de um modelo top-down) casos de violência contra mulheres de cor como um conjunto de experiências com conexões estruturais, políticas e representativas; (4) lembrar leitoras que o propósito dos estudos interseccionais é contribuir com iniciativas de justiça social (2017, p. 12).

1.3. MARCADORES SOCIAIS DA DIFERENÇA

O debate sobre a intersecção de diferenças no Brasil vem contando também com outra categoria organizadora de campos de interlocução, “marcadores sociais da diferença”. Sua genealogia não é reivindicada com tanta precisão quanto a localização da autoria da “interseccionalidade”.

Heloisa Buarque de Almeida, Julio Simões, Laura Moutinho e Lilia Schwarcz (2018), por exemplo, identificam um primeiro uso da expressão na versão em inglês do artigo de Verena Stolcke, “Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade?” (1991) e no artigo “Sobre a invenção da mulata” de Mariza Corrêa (1996), dando saliência aos cenários dos trabalhos antropológicos conduzidos no âmbito da Unicamp por volta dos anos 1980. Néstor Perlongher e Peter Fry teriam

³ Sobre ativismos brasileiros organizados a partir da noção de interseccionalidade, consultar, por exemplo, as pesquisas de Flávia Rios e Regimeire Maciel (2018), Flávia Rios, Olívia Perez e Arlene Ricoldi (2018), Flávia Rios e Edilza Sotero (2019) e de Stephanie Lima (2020).

ainda outras contribuições para a compreensão articulada da diferença, que inspira a noção de marcadores:

“Marcadores sociais da diferença” foi uma maneira de designar como diferenças são socialmente instituídas e podem conter implicações em termos de hierarquia, assimetria, discriminação e desigualdade. É nesse sentido que entendemos como a problemática dos marcadores remete à tradicional preocupação da antropologia com a “diferença” e com a relatividade: não como atributo inerente a humanos e não-humanos, mas como efeito da operação de complexos sistemas de conhecimento e relações sociais.

Dessa perspectiva, a diferença é constituída por meio de taxonomias e classificações que acentuam certos sentidos de diferença, ao ponto de tomá-los como corriqueiros, “dados” ou “naturais”, enquanto outros são subestimados ou circunstancialmente esquecidos. O suposto é assim uma noção ampla de processo social, como o meio pelo qual critérios de diferenciação são definidos, disputados, atribuídos, incorporados, reelaborados, combatidos. Diferenças instituídas socialmente não acarretam necessariamente desvantagens ou desníveis de prestígio, poder e riqueza; com frequência, porém, são marcadas por desigualdades no plano das representações sociais, que dão respaldo a posições e relações de assimetria, exclusão e iniquidade (Fry, 2012)⁴. Além disso, categorias classificatórias podem atravessar ou circular por diferentes domínios de relações, interseccionando-os. Categorias de gênero e sexualidade, com frequência, se inscrevem em matrizes classificatórias de cor e raça, constituindo uma linguagem poderosa para expressar hierarquias e desigualdades sociais mais amplas. (Almeida, Simões, Moutinho e Schwarcz, 2018, p. 19-20).

Não se trata, contudo, de uma ideia que corre em paralelo desconexo com a noção estadunidense de interseccionalidade. A própria Verena Stolcke, ao comentar o período em que vivera no Brasil, relembra um debate que se realizava entre feministas de classe média, acerca das trabalhadoras domésticas que trabalhavam em suas casas os desafios de se pensar a categoria “mulher” como fundamento para um engajamento político e emenda: “São as mulheres negras, do Coletivo Combahee River, que realmente levantam e denunciam o que depois se vai chamar de interseccionalidade, já desde 1976. (...) Era uma época tão agitada!” (Silvana Nascimento e Mônica Franch, 2017, p. 130).

Em anos mais recentes, no Brasil, o trabalho de Lélia Gonzalez (p.ex., 1984) vem sendo reinterpretado na chave da interseccionalidade (consultar, p.ex. Flávia Rios e Alex Ratts, 2016), a partir justamente do ponto da compreensão articulada da diferença – proposição compartilhada entre as noções de interseccionalidade e marcadores –, e, em particular, de seu agenciamento desde a posição

⁴ A referência é a FRY, Peter. Diferença, desigualdade discriminação. In: SOUZA LIMA, Antonio Carlos (org.). *Antropologia e direito: temas antropológicos para estudos jurídicos*. Rio de Janeiro/Brasília: Contra Capa/LACED/ABA, 2012. pp.227-233.

como intelectual negra (em toada semelhante, outras intelectuais têm sido acionadas na vanguarda dessa chave interpretativa, como Beatriz Nascimento)⁵.

Desde as movimentações políticas dos anos 1970 e suas traduções e interlocuções acadêmicas a partir de fins dos 1980, outras categorias de interpretação articulada da diferença têm sido, guardadas suas especificidades, experimentadas e reivindicadas, em diferentes contextos nacionais, intelectuais e políticos⁶. A categoria “marcadores sociais da diferença” vem contribuindo no cenário brasileiro tanto para a compreensão e análise de paisagens sociais as mais diversas, quanto como termo de nomeação para certos campos de pesquisa⁷. A esse respeito, Luiz Felipe Hirano (2019) oferece um mapeamento preliminar que identifica o uso dessa noção nos nomes ou descritores de linhas ou grupos de pesquisa em numerosas universidades em diferentes regiões do país desde meados da década de 2000. Sabemos que esse processo vem sendo crescentemente acompanhado pela ampliação e diversificação do corpo discente no Ensino Superior público brasileiro, graças às ações afirmativas, particularmente em termos de raça, classe e regionalidade.

O ponto que gostaríamos de reter ao destacar a noção de marcadores sociais da diferença diz respeito às alusões metafóricas que o termo convida: como destacado anteriormente por Almeida et al. (2018), a ideia de marcadores nos ajuda a destacar que há corpos, sujeitos, pessoas, contextos e mesmo lugares *marcados* e *não marcados* por categorias de diferença, ao mesmo tempo em que nos convida a suspeitar dessa “não-marcação”. Em outros termos, retomando as questões de identidade com as quais abrimos esta seção, talvez a identidade possa estar onde não se esperava.

Esse campo vem, justamente, sofrendo nos últimos anos ataques ao que foi chamado por seus críticos de “identitarismo”.

2. “AMIGA, VC TA BEM? NÃO ENTENDO DO ASSUNTO, MAS TÔ TE DEFENDENDO”: PÂNICOS MORAIS ENTRE A LINGUAGEM NEUTRA E A “IDEOLOGIA DE GÊNERO”

⁵ A esse respeito, ver, por exemplo, a coletânea *Pensamento Feminista Brasileiro*, organizada por Heloisa Buarque de Hollanda (2019).

⁶ A título de exemplo, citamos as noções de alquimias (Mary Castro, 1992), consubstancialidades (Danièle Kergoat, [2009] 2010; Helena Hirata, 2014), agenciamentos (Jasbir Puar, 2013). Para um mapeamento desses debates, consultar, entre outros, Lopes (2020).

⁷ Um exemplo de análise na perspectiva de marcadores sociais da diferença sobre imigração okinawana e japonesa ao Brasil, ver Laís Miwa Higa (2015).

Entre 2020 e 2021, em duas edições, as autoras e autor deste artigo envolveram-se intensamente no oferecimento de uma disciplina eletiva de pós-graduação, pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo, “Etnografia e autoria em revista: encontros para uma oficina de escrita”. Laura Moutinho, professora do programa de pós e do Departamento de Antropologia da USP atuou como docente responsável e Pedro Lopes como docente externo. Laís Miwa Higa cursou ambas as edições da disciplina e colaborou tanto com o planejamento quanto com o acompanhamento e reflexão sobre o curso, montado de modo a responder a demandas cotidianas do nosso fazer acadêmico e oferecido em formato remoto - o que fez com que o curso contasse com estudantes de variados *campi* da Universidade de São Paulo, mas também alunas e alunos de outras universidades, inclusive de outros estados.

A disciplina, como sugerido em seu título, objetivava colocar em revista os mecanismos de comunicação científica, tendo como foco o campo antropológico e a produção de etnografias, atentando-se igualmente aos sentidos individuais e coletivos - interlocutórios - da autoria. Nesse empenho, dedicamo-nos a diferentes modalidades de escrita e reescrita. Ao longo do semestre, cada estudante produziu dois textos: um artigo científico que, na conclusão do curso, era submetido a uma revista acadêmica especializada (preferencialmente com avaliação Qualis A) e um artigo de divulgação científica que comunicasse algum aspecto de suas pesquisas, em geral publicados em jornais universitários. Tínhamos, assim, por objetivo que cada estudante exercitasse dois diferentes formatos de escrita, produzindo também um manuscrito para atingir um público mais amplo.

A escrita e reescrita desses textos estendia-se ao longo do semestre de curso e as aulas de feito mais expositivo, de debate e recepção de convidadas e convidados eram entremeadas por “oficinas de escrita” nas quais acompanhamos o andamento dos textos em diálogos mais individualizados. Além disso, os trabalhos de escrita eram desenvolvidos em pequenos grupos, duplas ou trios de interlocução e intensa troca de leituras recíprocas. Em nossa avaliação - e na de muitas e muitos estudantes que cursaram alguma das duas versões do curso - compartilhamos nesses dois oferecimentos de “Etnografia e autoria em revista” uma série de questões absolutamente centrais - mas nem sempre tematizadas - da prática científica, bem como lidamos com novos desafios que têm se colocado para nossa atuação.

Foi no âmbito dessa experiência que acompanhamos, detalhada e intensamente, o caso descrito a seguir. Optamos pela preservação da identidade da autora (a quem escolhemos nos referir no feminino), bem como de detalhes ou mesmo do tema de sua pesquisa.

Em 2021, portanto, uma das estudantes de nosso curso publicou seu artigo de divulgação científica em um jornal universitário brasileiro. A publicação no jornal foi acompanhada por posts de divulgação em redes sociais, realizados pela própria equipe do jornal. Trata-se de uma prática comum do veículo, que procura destacar artigos que podem atingir um público mais amplo. O artigo foi, entretanto, alvo de uma reação completamente inesperada. Por alguns dias, comentários à publicação não paravam de se acumular em diversas redes sociais. Quase metade das reações que fomos acompanhando eram de escárnio e profundamente ofensivas. Rapidamente, os ataques saíram dos posts originais de divulgação do texto e se dirigiram às redes sociais pessoais da autora: xingamentos, comentários depreciadores e reações a postagens antigas, envio de mensagens privadas também com xingamentos, ofensas, ameaças e, vale destacar, fotos de pênis. Seguindo o roteiro de assédio, escracho e cancelamento da internet, foram criados memes, piadas, imagens, vídeos e comentários com opiniões e “críticas políticas e intelectuais”, cujos criadores faziam questão de marcar as suas redes sociais.

O gatilho foi algo desconcertante, pois não se tratava do assunto e do tema principal do artigo em questão: o uso de linguagem neutra de gênero. A autora do texto havia optado por essa modalidade de escrita em uma pequena frase no corpo do artigo e essa frase ganhou destaque nas peças de divulgação do texto em redes sociais. A enxurrada de reações virulentas se estendeu por cerca de duas semanas, seus efeitos perversos e invasivos seguem muito mais duradouros⁸.

Já faz tempo que vivemos no Brasil uma ofensiva conservadora - e violenta - contra direitos a duras penas - e precária ou por vezes provisoriamente - conquistados por grupos descritos como minoritários. Em particular no que diz respeito à linguagem neutra, por exemplo, havia naquele momento uma quantidade exagerada de projetos de lei de proibição de seu uso. A Secretaria Especial da Cultura (SeCult), publicou, em outubro 2021, a Portaria N^o604⁹, que versava sobre projetos da Lei Rounet e dizia:

⁸ A rapidez da circulação de informações na internet é algo já bem conhecido. Algumas redes sociais são especialmente caracterizadas pela eficiência na disseminação de discursos de ódio, como o Twitter. A volatilidade de alvos pode pairar como ameaça sobre todas e todos nós e não deve nos paralisar, contudo, é duvidoso e questionável também fazer uso do argumento de que “eles” logo encontraram um novo alvo, mesmo com as melhores das intenções para aplacar o sofrimento e aflição de quem está sendo atacado. Esse tipo de fenômeno causa enorme sofrimento psíquico, adoecimento físico e emocional, e pode ter consequências graves e irreversíveis.

⁹ Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-604-de-27-de-outubro-de-2021-355520548>, acesso em 04 de junho de 2023.

fica vedado, nos projetos financiados pela Lei nº 8.313/91, o uso e/ou utilização, direta ou indiretamente, além da apologia, do que se convencionou chamar de linguagem neutra.¹⁰

Na mesma semana, uma reportagem do portal Brasil de Fato anunciava a existência de 34 projetos de lei estadual em tramitação no país para impedir o uso da linguagem neutra.¹¹

Um ano e meio depois do episódio que descrevemos, o debate, consensos e dissensos, produções, obras, políticas e letramento sobre o tema, seus usos e, inclusive, direitos correlatos avançaram relativamente. Entre 2021 e 2023, a derrota de Jair Bolsonaro nas urnas impactou numa melhora do cenário. Mais relevante para esse avanço relativo à linguagem neutra, contudo, é o fortalecimento dos movimentos, coletivos, lutas e produção intelectual de sujeitos que incorporam, reivindicam, mobilizam e fazem uso de tal linguagem.

Interessa-nos aqui tanto pensar sobre a reação à publicação do artigo, expressa em um desejo de silenciamento, humilhação e mesmo aniquilação, quanto nas redes de solidariedade e reafirmação que se teceram em torno da autora face ao que lhe acontecia - e mesmo antes, na produção de sua pesquisa e de sua autoria. A primeira mensagem que a estudante recebeu sobre os ataques de que era alvo vinha de um amigo virtual, que dizia “não entendo do assunto, mas tô te defendendo”. *Não entendo do assunto*. Essa foi uma constante nas trocas de mensagens e mobilização de solidariedades, conversas e reconhecimentos mútuos: o assunto era justamente a tal linguagem neutra.

A linguagem neutra ou linguagem não-binária, é basicamente a formulação de modos de comunicação oral e escrita que não demarcam gênero, no intuito de incluir e abarcar uma maior diversidade de experiências e existências de pessoas, para além da estrutura binária de masculino e feminino da língua portuguesa, expressa em especial nos pronomes e terminações de gênero das palavras. Faz-se necessário ressaltar que questões advindas das teorias feministas e *queers* sobre a construção de um uso universal ou genérico do masculino e as críticas aos binarismos de gênero são fundamentais para a construção dessa forma de se expressar e são processos que estão atravessados e interseccionados. Portanto, esta linguagem e os recursos que ela oferta estão vinculados tanto ao campo de estudos de gênero e sexualidade, teorias feministas, *queers* e de marcadores sociais da diferença e interseccionalidade quanto aos movimentos sociais feministas e LGBTQIA. E, justamente,

¹⁰Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/secretaria-especial-da-cultura/assuntos/noticias/secult-publica-portaria-que-veda-o-uso-da-linguagem-neutra-em-projetos-da-lei-rouanet>, acesso em 04 de junho de 2023.

¹¹ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/10/23/brasil-tem-34-projetos-de-lei-estadual-para-impedir-uso-da-linguagem-neutra>, acesso em 04 de junho de 2023.

este nó, entre o campo da linguística e o campo dos estudos de gênero e sexualidade pode se configurar tanto como questão de debate teórico-político quanto como em alvo de polêmica para escracho e autoritarismo. Consideramos de suma importância o diálogo com o campo da linguística, e aqui, aventamos apenas algumas das questões do debate: o qualitativo “neutra” tem sido muito criticado tanto por ser uma categoria questionada pelo campo dos estudos de interseccionalidade quanto por ser um conceito de paradoxo epistemológico fundamental nas ciências humanas. Contudo, como mencionamos acima, a expressão “linguagem neutra” foi elaborada por vários grupos sociais e refere-se à criação de escritas e oralidades no âmbito da linguagem para vidas já existentes. O que se convencionou a chamar de linguagem neutra, vinha há alguns anos sendo criada sobretudo justamente na ressemantização desses signos de neutralidade em concomitância com a luta pelo estabelecimento e afirmação da equidade de gênero e resignificação do suposto de neutralidade. Atualmente, a linguagem neutra pode ser denominada também como linguagem não-binária ou linguagem inclusiva. As três expressões referem-se ao mesmo corpus de teórico, político e epistemológico de combate à desigualdades e violências, afirmação e inclusão nos espaços de oralidade e escrita de existências múltiplas e criação de modalidades de expressão que objetivam a equidade.

No âmbito universitário, por exemplo, é notável a frequência com que a linguagem neutra vem sendo tentativamente incorporada às comunicações: dos cartazes de chamamentos para assembleias aos e-mails mais ou menos institucionais, das saudações na abertura de eventos aos textos de teses e dissertações.

No caso do artigo em questão e sua escrita e reescrita gestada entre nossas oficinas, vale destacar que ele dialogava com questões de identidade, automeção e direitos. Ele foi produzido com base na sólida pesquisa desenvolvida pela estudante - ela própria uma pessoa cisgênero - e num processo de escrita que se deu em diálogo com pessoas trans, sobre os temas de seus textos. Inclusive, discutiram, trocaram referências e pensaram juntas sobre escrever e falar incorporando o não-binarismo de gênero na linguagem. Sendo a única pessoa cis daquele grupo de escrita, conforme acompanhamos o desenvolvimento de seus trabalhos, notamos esse aprimoramento interlocutório do uso e da reflexão sobre a linguagem neutra - que, vale lembrar, ninguém nasceu falando e escrevendo, assim como ninguém nasceu falando e escrevendo língua alguma. A publicação, assim como a maioria dos artigos acadêmicos e de divulgação, passou por todas as fases de um texto – escritas e reescritas, revisões, edições. Apesar de todos esses cuidados e atenções na composição do texto, parte significativa das reações virulentas a ele o desqualificavam por “não saber escrever português”. A culpa

não seria apenas da jovem, mas da “faculdade pública brasileira que só forma vagabunda”. Além disso, uma acusação e ofensa chamou muito a atenção por aparecer em mensagens praticamente idênticas de perfis de homens autodesignados bolsonaristas ou stalinistas: “*identitarista*”.

O nó, complexo e sensível, entre linguagem e violência se amarra entre identidade e política. Deslizaamentos entre debates sérios sobre linguagem neutra e direitos da população trans são atravessados por polêmicas, confusões e ataques que ao resvalar em acusações de “identitarismo” ou menosprezar as lutas de movimentos sociais por essa alcunha, tendem a reforçar os paradigmas e estruturas de opressão. Tornou-se um lugar-comum associar apressadamente a crítica a linguagem neutra ao “identitarismo” e vice-versa. Têm sido frequentes e interconectadas tanto a ladainha de que o “identitarismo” inventa palavras e expressões sem sentido e desnecessárias, quanto a de que a linguagem neutra vai destruir a língua portuguesa.

Recorremos, então, uma definição de “identitarismo” apresentada por Ricardo Rangel:

O que caracteriza o identitarismo é alguém entender que o fato de pertencer a um grupo particular (grupo que em geral se entende oprimido) o define de maneira fundamental e transforma a afirmação da própria especificidade em reivindicação política. O identitarismo não é necessariamente de esquerda: é perfeitamente possível ser de direita (como supremacistas brancos ou cristãos fanáticos) ou politicamente neutro (como deficientes físicos) e ser identitário. [...]. É até curioso que o identitarismo (qualquer identitarismo) possa ser considerado de esquerda. O identitarismo é antes de tudo o reconhecimento e a valorização da diversidade e da diferença, bandeira que não é de esquerda, é liberal. Historicamente, a esquerda sempre deu importância apenas ao coletivo, valorizando o que o grosso da população tinha em comum, isto é, o fato de ser proletária e oprimida pela burguesia. Desejos e palpitações de indivíduos e grupos menores eram vistos com desconfiança e tachados de “desvios pequeno-burgueses”. Esse ponto de vista só começou a mudar a partir dos anos 1960 – e continua incongruente com a visão de esquerda da sociedade (2022, p.21).

Essa definição, presente na coletânea de artigos organizada pelo antropólogo e articulista do jornal *Folha de S.Paulo*, Antonio Risério, *A Crise da Política Identitária* (2022), famoso por defender teses como a do “racismo reverso”, adequa-se aos sentidos percebidos nas mensagens ofensivas e acusatórias que a autora do caso em tela recebeu. Nota-se que o próprio encadeamento lógico e argumentativo da definição parece um tanto melíflua. Esta não difere muito das mensagens ofensivas escritas no furor do momento: seu objetivo é o julgamento certo, literalmente, destruidor. Contrasta radicalmente, por exemplo, da abordagem crítica adotada por Haider, como mencionamos acima, e que do mesmo modo, enfatiza, assim como tantas de nós, os dispositivos de poder de um Estado liberal, os processos de subjetivação do neoliberalismo e dinâmicas de cooptação do capitalismo e da direita de pontos de agenda política da esquerda. Não à toa, também, Rangel situa o início de uma

mudança rumo ao “identitarismo” na década de 1960, marcada pelos movimentos de direitos civis nos Estados Unidos, pela emergência das lutas antirracistas e feministas no cenário mundial.

Tais concepções sobre “identitarismo” reforçam e alimentam justamente o que as noções de políticas identitárias e interseccionalidade, conforme as acionamos anteriormente, propunham-se a criticar: o pressuposto de uma identidade dada, fundamentada numa natureza essencial cuja verdade e realidade a tornam também radicalmente oposta a quaisquer outras. Deduz-se daí um consenso bem estabelecido de que o “identitário” é um fundamentalista, cujo principal objetivo político seria impor sua identidade aos “outros”. Os exemplos oferecidos por Rangel são deveras interessantes: “Martin Luther King defendeu negros de maneira não identitária (Malcolm X o fez de maneira identitária); Mahatma Gandhi defendeu indianos de maneira não identitária (seu assassino Nathuram Godse, indiano como ele, era identitário hindu)” (2022, p. 21). Tais discursos e tipificações procuram estabelecer novas formas de sensibilidades e parâmetros éticos e morais em relação à violências e, conseqüentemente, são instrumentos cruciais para o agenciamento e controle ideológico das definições de violência, opressões e crimes. O cancelamento, estratégia de ataque, faz parte da política do “identitarismo”. Segundo o autor:

O cancelamento inventado pelo identitarismo se tornou tão disseminado que há tempos não se restringe às categorias clássicas, está sendo praticado por virtualmente qualquer um por qualquer motivo. Você pode ser cancelado por ofender obesos (“gordofobia” é a palavra), anões, deficientes, parentes de deficientes, pobres, feios, etc., etc.

Mas funciona?

Ao fim e ao cabo, o que interessa é: a despeito de problemático e polêmico, o método identitário funciona?

Não. [...] Ser xingado de racista não faz ninguém deixar de ser racista, mas pode fazer com que a pessoa perca a empatia pela causa negra ou se torne mais racista do que já era (Rangel, 2022, p. 35-36).

A citação acima revela, de maneira desconcertante, o grosso do caldo crítico ao chamado “identitarismo” brasileiro, produzido por jornalistas, acadêmicos e políticos, e difere muito pouco das mensagens e comentários com xingamentos que a estudante autora do artigo recebeu nas redes sociais.

2.1. “IDEOLOGIA DE GÊNERO” COMO PÂNICO MORAL

A noção acusatória de “identitarismo” observada acima compõe um campo semântico no qual outras categorias também estabelecem parâmetros e fronteiras, particularmente morais, articulados a uma certa atuação e posição políticas. No caso do debate sobre linguagem neutra, destaca-se a noção de “ideologia de gênero” como pânico moral. Esta configura uma estrutura mais ou menos estabelecida social e historicamente em que se gestam e disparam outros episódios de pânico (sempre moral), mais voláteis, como pode ser interpretado o caso relatado e o debate sobre o uso da linguagem neutra.

A noção de “ideologia de gênero” criada na doutrina católica para ser combatida em defesa da “família tradicional”, apesar de baseada superficialmente na literatura feminista e *queer*, seria “uma invenção polêmica dos meios conservadores católicos que visa caricaturizar e, assim, deslegitimar um campo de estudos” (Sara Garbagnoli, 2014, p. 149).

O conceito de pânico moral possui toda uma linhagem de discussão em diversas áreas e surge na década de 1970, a partir das obras do sociólogo sul-africano Stanley Cohen (1972), *Social Devils and Moral Panics*, e do sociólogo e criminologista britânico, *The Drugtakers: The Social Meaning of Drug Use* (1971). A expressão pânico moral, de modo geral, remete a uma reação exagerada a algum evento, esporádico ou sistemático, caracterizado pela estereotipação de determinado grupo social minoritário, transformando-o em ameaça para a sociedade como um todo. A esse respeito, como lembra Tatiana Landini (2018), Erick Goode e Ben Yehuda Nachman (2009, p. 37-43) elaboram um interessante modelo com cinco elementos ou critérios que definem essa ideia:

1. Inquietação ou preocupação a respeito do comportamento de algum grupo ou categoria e suas consequências para um ou mais setores sociais.
2. Hostilidade em relação ao grupo ou categoria-alvo da inquietação ou preocupação.
3. Consenso por parte da sociedade ou de um segmento social de que a ameaça é real, séria e causada pelo comportamento do grupo acusado.
4. Desproporção.
5. Volatilidade.

É notável como esses descritivos, em diferentes escalas e proporções, poderiam ser usados para caracterizar a reação que se seguiu à publicação do artigo pela estudante. O ponto que queremos destacar é como moralidades são acionadas na defesa de determinados grupos por meio de uma linguagem violenta e acusatória, que transforma certas coletividades e demandas em “outras”, confinadas em si mesmas, e descreve a si em termos de universalidade e continuidade com o passado.

Pesquisas que buscam traçar a genealogia da expressão “ideologia de gênero” remontam sua origem há mais de vinte anos como uma reação contra o uso do conceito no campo dos direitos humanos, sobretudo a partir da Igreja Católica (consultar, por exemplo, Miskolci e Campana, 2017; Junqueira, 2017; Miguel, 2021). Durante o pontificado de João Paulo II (1978-2005) teve início a construção da doutrina contrária aos estudos de gênero, encabeçada pelo então cardeal Joseph Ratzinger.

Na virada do milênio, Conferências e Acordos Internacionais de Direitos Humanos passariam a substituir o termo “mulher” pelo conceito de “gênero”, causando intensa preocupação ao Vaticano, ao trazer demandas relativas à sexualidade, sobretudo das homossexualidades, para tais agendas, e atestando também uma autonomia em relação a Roma dos países do Sul Global (Sonia Corrêa, 2018). Justamente, é na V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe (Celam), de 2007, em que a ideia de “ideologia de gênero” aparece então delineada no texto conhecido como “Documento de Aparecida”:

Entre os pressupostos que enfraquecem e menosprezam a vida familiar, encontramos a ideologia de gênero, segundo a qual cada um pode escolher sua orientação sexual, sem levar em consideração as diferenças dadas pela natureza humana. Isso tem provocado modificações legais que ferem gravemente a dignidade do matrimônio, o respeito ao direito à vida e a identidade da família (Celam, 2007, p. 30, *apud* Richard Miskolci e Maximiliano Campana, 2017, p. 730).

Neste “Documento”, afirmam Richard Miskolci e Maximiliano Campana, também se declara guerra contra a “ideologia de gênero”, e, por extensão, às “ideólogas do gênero”, na América Latina, para proteger da subversão a “família tradicional” – de origem divina, composta por seres biológicos/naturais, heterossexual, patriarcal, pró-vida. Nas palavras de Luís Felipe Miguel:

Assim, de uma maneira aparentemente paradoxal, a Igreja trabalha para reforçar seu papel político na medida em que busca *despolitizar* determinadas questões, chamando-as para a esfera em que sua autoridade é aceita como mais legítima, a esfera da moral. A discussão fica enquadrada como uma oposição entre o discurso político de direitos, que é o dos movimentos feminista e LGBT, e discurso moral de “valores”, verbalizado pela Igreja e por seus aliados (2021, p. 4).

Em 2011, no Brasil, o reconhecimento legal das uniões entre pessoas do mesmo sexo, pelo Supremo Tribunal Federal (STF) dispara o pânico moral sobre a “ideologia de gênero”. Ela se torna, desde então, uma “gramática política na batalha de empreendedores morais contra o avanço dos direitos sexuais e reprodutivos” (Miskolci, 2017). No mesmo mês, o material didático do programa

“Escola sem Homofobia” vira alvo de polêmica nacional, sendo apelidado de “kit gay” pelo então deputado Jair Bolsonaro, por conservadores e outros setores que se tornariam a base da extrema-direita, especialmente a Frente Parlamentar Evangélica (Christina Vital da Cunha e Paulo Victor Leite Lopes, 2013).

A força e o alcance da “ideologia de gênero”, bem como seus efeitos e graves consequências, nas últimas décadas, não podem ser compreendidas somente como instrumentos políticos ou discursos morais circunscritos à instituições religiosas, específicos de determinados partidos, representantes políticos ou de organizações da sociedade civil. Por isso, consideramos útil a proposta de análise feita por Miskolci e Campana sobre empreendedores morais, a partir do que Sonia Alvarez (2014) chama de campos discursivos de ação:

nos quais preocupações político-culturais são compartilhadas mesmo que os atores nesses campos tenham diagnósticos divergentes. Assim, ao invés de caracterizar esses grupos como uma espécie de movimento social e, por conseguinte, supostamente alocados na sociedade civil, compreendemos aqueles que combatem o que denominam de “ideologia de gênero” (e termos aparentados como a noção de uma escola supostamente partidarizada) como empreendedores morais que agem dentro de um campo discursivo de ação (2017, p.730).

No ano em que escrevemos este texto, 2023, podemos acrescentar à lista acima outra série de atores que foram se delineando desde a eleição de Jair Bolsonaro à presidência, sobretudo nas mídias e redes sociais: *influencers* e canais de extrema direita em redes como Twitter e YouTube; transformação de mídias existentes em mídias da extrema direita como a JovemPan e a Gazeta do Povo; os “tios e tias do zap”; consolidação de redes e grupos neonazistas e fascistas; ampliação de redes e grupos misóginos, masculinistas como InCel, RedPill, entre outros. Contudo, apesar da direita e da extrema-direita se notabilizarem por marcar tal campo discursivo de ação, é importante lembrar que:

Os empreendedores morais não formam um grupo coeso e sua aliança é circunstancial. É em relação (dependente) com o que denominam de “ideologia de gênero” que constroem um espaço político-moral mais ou menos compartilhado por católicos, neopentecostais ou outros grupos e indivíduos que se identificam com ele (Miskolci e Campana, 2017, p.242).

O campo discursivo de ação contra a “ideologia de gênero” atrai também atores de setores progressistas e da esquerda, em especial, os que compartilham com a direita críticas contra as políticas identitárias ou melhor, contra o “identitarismo.” Na gramática política em construção neste campo discursivo de ação, como dito anteriormente, a questão retira sua força da economia moral que a

constitui. Para que a “ideologia de gênero” se transformasse num elo de ligação entre diversos atores e ganhasse a força de manada contra os movimentos feministas e LGBT, instalou-se o “pânico moral”.

Tatiana Landini (2018) sintetiza, “o grupo é visto como inimigo, e seu comportamento, entendido como uma ameaça aos valores sociais, dividindo a sociedade entre ‘nós’ – bons, respeitáveis – e ‘eles’ – desviantes, outsiders” (p.518). No campo de batalha da gramática política, “nós” e “eles” podem ser expressos nos últimos anos como: “cidadãos de bem” *versus* “corruptos”, “identitários” *versus* “não-identitários”. O elemento divisor entre “nós” e “eles” engendrado pelo pânico moral é a hostilidade.

A descrição de Luís Felipe Miguel resume bem os desdobramentos do pânico moral instituído pela “ideologia de gênero”:

o avanço da extrema-direita é um fenômeno mundial. Discursos antes considerados marginais ganham centralidade nas disputas políticas. A violência é abertamente exaltada como forma de resolução das desavenças, a igualdade e a autonomia individual são depreciadas em nome da nostalgia por uma ordem social hierárquica rígida. O apelo ao “mérito” justifica a condenação de muitos à privação e à opressão. Racismo, xenofobia, homofobia e misoginia deixam de ser sobrevivências envergonhadas para recuperar uma ostensiva centralidade na fala de muitos líderes políticos. Nos discursos da direita extremada, inverte-se o consenso – talvez apenas nominal, mas nem por isso irrelevante – de que as desigualdades precisariam ser enfrentadas e as diferenças, respeitadas. [...] Em consonância com o discurso contemporâneo da extrema-direita pelo mundo afora, Bolsonaro verbaliza o medo causado pelos desafios a hierarquias sociais vigentes, como as de gênero ou de raça. Em particular, a visibilidade crescente dos movimentos feministas e LGBT leva à ideia de que a família está em risco – “família” significando apenas o arranjo tradicional, heteronormativo e fundado na dominação paterna. [...] Esta agenda cristalizou, no debate público, o problema da “ideologia de gênero” (2021, p. 3)

CONSIDERAÇÕES FINAIS: “NÓS” DAS MORALIDADES E ALTERIDADES

Neste texto, procuramos costurar diferentes elementos que nem sempre estão reunidos no debate sobre a produção científica e intelectual, sua dimensão pública e política (não apenas em termos de incidência, mas também de gestação). Em nossa própria escrita, a primeira pessoa do plural ora nomeia as duas autoras e autor do artigo e nossas posicionalidades, trajetórias e autorias, ora nomeia certos campos de interlocução acadêmico-políticos, ora nomeia agendas de investigação e atuação, ora faz remissão a um certo espaço-tempo contemporâneo brasileiro e mundial. Não à toa. Como anunciado, nosso percurso teve por objetivo justamente perscrutar alguns dos dispositivos de poder - e de saber - que produzem a diferença entre “nós” e “eles”. Nesse trajeto, vamos notando que essa

delimitação de fronteiras não é constativa, é um processo performativo, (re)feito constantemente, entre autonegações, acusações e interlocuções.

A noção de “identitarismo”, contudo, subtrai complexidade histórica e intelectual desse debate. Todavia, sua formulação parece ser, ela própria, articulada a certa identidade. Não é fortuito que encontremos ecos entre a elaboração e os usos da ideia de “ideologia de gênero”, da acusação de “identitarismo” e das respostas virulentas ao artigo da estudante. Essas ações e categorias mobilizam um repertório moral no qual o ressentimento e a produção de alterizações são peças chave. Mais ainda, também não cremos ser fortuito que essas reivindicações se articulem por grupos que procuram manter seus privilégios de poder e se realizem em escritas supostamente sem predicados “identitários”: escreve-se, acusa-se e xinga-se desde uma posição “universal” ou “não marcada”. Sabemos que há antigas identidades se reafirmando nessa posição.

O que esses lances públicos procuram operar, parece-nos, é o confinamento de sujeitos e demandas em suas especificidades, em seus lugares de destituição e dano. Mas as contribuições políticas e autorais daquelas, daqueles e daquelas que historicamente compuseram suas - ou nossas - primeiras pessoas do plural (re)fazendo-se a partir daquilo que lhes - ou nos - foi feito crescentemente organizam-se por meio de interlocuções e redes de aliança, tampouco longe de moralidades e engajamentos éticos. Esses projetos são coletivos e compartilhados e, ao contrário das acusações, comprometem-se com horizontes de justiça, equidade e participação para *todes*.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Heloísa Buarque de; SIMÕES, Júlio; MOUTINHO, Laura; SCHWARCZ, Lilia. Numas, 10 anos: um exercício de memória coletiva. In: SAGGESE, Gustavo et al. (Org.). *Marçadores Sociais da Diferença: Gênero, sexualidade, raça e classe em perspectiva antropológica*. São Paulo: Terceiro Nome; Gamma, 2018. p. 9-30.

ALVAREZ, Sonia Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cadernos Pagu*, n. 43, p. 13-56, 2014.

BUTLER, Judith. *A vida psíquica do poder: teorias da sujeição*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, [1997] 2017.

CARMO, Milena Mateuzi; MOUTINHO, Laura; KLEIN, Charles. Periferias nas universidades: ecos femininos das políticas de ações afirmativas. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 10, p. 124-152, 2022.

CASTRO, Mary Garcia. Alquimia de categorias sociais na produção dos sujeitos políticos. *Revista Estudos Feministas*, v.0, n.0, pp.57-73, 1992

COLETIVO COMBAHEE RIVER. Manifesto do Coletivo *Combabee River*. Tradução de Stefania Pereira e Letícia Simões Gomes. *Plural*, v. 26, n. 1, pp. 197-207, [1977] 2019.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. *Parágrafo*, v. 5, n. 1, p. 6-17, jun. 2017.

CORRÊA, Mariza. Sobre a Invenção da Mulata. *Cadernos Pagu*, n. 6\7, pp. 35-50, 1996.

CORRÊA, Sonia. A “política do gênero”: um comentário genealógico. *Cadernos Pagu*, (53), e185301, 2018.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *University of Chicago Legal Forum*, Iss. 1, Article 8, pp.139-167, 1989.

GARBAGNOLI, Sara. Le Vatican contre la dénaturalisation de l'ordre sexuel: structure et enjeux d'un discours institutionnel réactionnaire. *Synergies Italie*, n. 10, 2014, pp.145-67.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, [1984] 2019. pp. 237-258

GOODE, Erick; e NACHMAN, Ben Yehuda. *Moral Panics: The Social Construction of Deviance*. Nova Jersey: Wiley-Blackwell, 2009.

HAIDER, Asad. Armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje. Tradução de Leo Vinicius Liberato. São Paulo: Veneta, 2019.

HIGA, Laís Miwa. “Afiml, quem é o brasileiro? Família e identidades politizadas por meio de histórias e memórias sobre as presenças okinawana e japonesa no Brasil”. In: SANTOS, Thiago Haruo; ABREU, Henrique Trindade (orgs.). *Afiml, o que é o brasileiro?* São Paulo: Museu da Imigração do Estado de São Paulo, 2022, p. 18-39.

HIGA, Laís Miwa. “Feminismo asiático – ‘Eu achava que era branca’”. In: Anais da XIII RAM - Reunião de Antropologia do Mercosul. Porto Alegre, XIII RAM, 2019.

HIGA, Laís Miwa. Umi nu Kanata – do outro lado do mar: história e diferença na “comunidade okinawana-brasileira”. São Paulo, dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, 2015.

HIRANO, Luís Felipe Kojima. Marcadores sociais das diferenças: rastreando a construção de um conceito em relação à abordagem interseccional e a associação de categorias. In: HIRANO, Luís Felipe Kojima; ACUÑA, Maurício; e MACHADO, Bernardo Fonseca (Orgs.). *Marcadores sociais das diferenças: fluxos, trânsitos e intersecções*. Goiânia: Editora Imprensa Universitária, 2019. pp. 27-55.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, v. 26, n. 1, p. 61-74, nov. 2014.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019a.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Carpes. *Debates contemporâneos sobre educação para a sexualidade*. Rio Grande do Sul: Ed. da FURG, 2017, pp.25-52.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Novos Estudos Cebrap*, 86, pp. 93-103, [2009] 2010.

LANDINI, Tatiana. Pedofilia em museus: Quando o antigo conceito de pânico moral se faz presente. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 11, n. 3, pp. 512-532, 2018.

LIMA, Stephanie. “A gente não é só negro!”: interseccionalidade, experiência e afetos na ação política de negros universitários. Campinas, tese de doutorado, Unicamp, 2020.

LOPES, Pedro. *Deficiência na cabeça: percursos entre diferença, síndrome de Down e a perspectiva antropológica*. São Paulo, tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 2020.

MIGUEL, Luis Felipe. O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira. *Cadernos Pagu*, (62), e216216, 2021.

MISKOLCI, Richard; e CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Sociedade e Estado*, v. 32, n. 3, pp. 725–748, 2017.

MOUTINHO, Laura. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. *Cadernos Pagu*, n.42, p.201-248, 2014.

NASCIMENTO, Silvana; FRANCH, Mônica. Sensibilidades feministas e inquietudes antropológicas - Entrevista com Verena Stolcke. *Revista de Antropologia*, v. 60, n. 1, p. 117-139, 2017.

NEVES, Paulo S. C. Sistemas de classificação racial em disputa: comissões de heteroidentificação em três universidades brasileiras. *MANA*, 28(3), e283206, 2022.

PUAR, Jasbir. “Prefiro ser um ciborgue a ser uma deusa”: interseccionalidade, agenciamento e política afetiva. *Meritum*, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, pp. 343-370, 2013.

RANGEL, Ricardo. O identitarismo, suas contradições, seus equívocos. In: RISÉRIO, Antonio (Org.). *A crise da política identitária*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2022.

RIOS, Flávia; e MACIEL, Regimeire. Feminismo negro em três tempos. *Labrys, études féministes/ estudos feministas*, 2018.

RIOS, Flávia; PEREZ, Olívia; e RICOLDI, Arlene. Interseccionalidade nas mobilizações do Brasil contemporâneo. *Lutas Sociais*, v. 22, p. 36-51, 2018.

RIOS, Flávia; e RATTTS, Alex. A perspectiva interseccional de Lélia Gonzalez. In: CHALHOUB, Sidney; e PINTO, Flávia Magalhães (Orgs.). *Pensadores Negros-Pensadoras Negras do século XIX e XX*. Belo Horizonte: Traço Fino, 2016, pp. 387-402.

RIOS, Flávia; e SOTERO, Edilza. Gênero em perspectiva interseccional. *Plural*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 26, n. 1, pp.1-10, 2019.

RISÉRIO, Antonio (Org.). *A crise da política identitária*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2022.

STOLCKE, Verena. Sexo está para gênero assim como raça está para etnicidade?. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 20, pp. 101-119, 1991.

VITAL DA CUNHA, Christina; LOPES, Paulo Vítor Leite. *Religião e Política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBT's no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA: O conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo não está disponível ao público. Os dados e fontes são confidenciais e anonimizados por motivos de proteção das pessoas envolvidas na pesquisa.

FINANCIAMENTO: Esta pesquisa não recebeu nenhuma subvenção específica de qualquer agência de financiamento dos setores público, privado ou sem fins lucrativos.

CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS: **Laura Moutinho:** conceitualização, metodologia, supervisão, escrita de original, investigação, coleta e seleção de fontes e dados, revisão, edição, visualização, checagem de fontes e dados, diagramação. **Laís Miwa Higa:** conceitualização, metodologia, supervisão, escrita de original, investigação, coleta e seleção de fontes e dados, revisão, edição, visualização, checagem de fontes e dados, diagramação. **Pedro Lopes:** conceitualização, metodologia, supervisão, escrita de original, investigação, coleta e seleção de fontes e dados, revisão, edição, visualização, checagem de fontes e dados, diagramação

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE: As/os autoras/es declaram que não há conflito de interesses.

MINIBIOGRAFIAS DOS/DAS AUTORAS DO PAPER (limite-se às informações essenciais e não ultrapasse 3 linhas)

Laís Miwa Higa é mestra e doutoranda em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo.

Laura Moutinho é professora livre docente do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo.

Pedro Lopes é mestre e doutor em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo, professor substituto no Departamento de Antropologia Cultural da UFRJ e pós-doutorando na UFABC.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.